

O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA, CONTEXTO HISTÓRICO: A CONTRIBUIÇÃO DO SÓCIO INTERACIONISMO DE VYGOTSKY

THE PROCESS OF INCLUSION OF CHILDREN WITH DISABILITIES, HISTORICAL CONTEXT: THE CONTRIBUTION OF VYGOTSKY'S SOCIO-INTERACTIONISM

EL PROCESO DE INCLUSIÓN DE LOS NIÑOS CON DISCAPACIDAD, CONTEXTO HISTÓRICO: LA APORTACIÓN DEL INTERACCIONISMO SOCIAL DE VYGOTSKY

Wilma Lúcia Luiz de Freitas¹

RESUMO: Com o avanço da medicina a pessoa com Síndrome de Down pode levar uma vida normal. Essa deficiência é passível de tratamento e controle, principalmente se forem diagnosticadas precocemente. O desenvolvimento da pessoa com SD é geral mais lento, porém com base nos estudos de Vygotsky – visão sócio interacionista – é possível observar os avanços que uma criança com essa deficiência é capaz. Nesse sentido, que partindo um pouco da história, o artigo objetiva mostrar o papel importante nos estudos de Vygotsky e compreender melhor o que vem a ser a Síndrome de Down. Seus avanços e possibilidades.

Palavras chaves: Sócio interacionismo. Vygotsky. Inclusão. Síndrome de Down.

2023

ABSTRACT: With advances in medicine, people with Down's Syndrome can lead normal lives. This disability can be treated and controlled, especially if it is diagnosed early. The development of people with DS is generally slower, but based on Vygotsky's studies - a social interactionist view - it is possible to see the progress that a child with this disability is capable of. With this in mind, the article aims to show the important role played by Vygotsky in his studies and to better understand what Down's Syndrome is. Its advances and possibilities.

Key words: Social interactionism. Vygotsky. Inclusion. Down's Syndrome.

RESUMEN: Gracias a los avances de la medicina, las personas con síndrome de Down pueden llevar una vida normal. Esta discapacidad puede tratarse y controlarse, sobre todo si se diagnostica precozmente. El desarrollo de las personas con SD suele ser más lento, pero a partir de los estudios de Vygotsky -punto de vista interaccionista social- es posible ver los progresos de que es capaz un niño con esta discapacidad. Teniendo esto en cuenta, este artículo pretende mostrar el importante papel que juegan los estudios de Vygotsky y entender mejor qué es el Síndrome de Down. Sus avances y posibilidades.

Palabras clave: Interaccionismo social. Vygotsky. Inclusión. Síndrome de Down.

¹ Mestra em Educação pela Universidade São Marcos; Professora da Rede Municipal de Valparaíso GO.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a teoria sócio interacionista e suas contribuições para o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down nas salas de aula regulares de ensino, está bastante presente no contexto em sala de aula na atualidade. Vygotsky é muito atual e suas teorias, como tantas outras auxiliam no processo de compreender o que é “incluir”. Devido a isso, o objetivo desse artigo é mostrar um pouco da história desse pesquisador e estudioso e as contribuições apresentadas por ele.

Ainda, trazer, um pouco sobre a prática em sala de aula no trato com crianças com SD, os avanços e ainda as barreiras a serem superadas. Mostrar também que com o avanço da medicina uma pessoa com Síndrome de Down pode levar uma vida normal. Nesse sentido, a estimulação ajuda no desenvolvimento cognitivo desse indivíduo. Visto que as limitações cognitivas estão relacionadas apenas ao tempo de aprendizagem de cada um, pois, como não seria diferente dos demais seres humanos, são diferenciadas.

Dito isso, esse artigo parte um pouco da história de vida de Vygotsky; apresenta suas contribuições para o processo de inclusão e culmina nas observações acerca do contexto de sala de aula para as crianças com Síndrome de Down.

2024

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Lev S. Vygotsky nasceu em cinco de novembro de 1896 na cidade de Orsha, na Rússia. Começou seus estudos com professores particulares, logo após, cursou as classes mais avançadas do Gymnasium Judeu (escola particular) em Gomel. Graduou-se em Direito pela Universidade de Moscou e ainda, História e Filosofia na Universidade do Povo de Shanjavsky, que não era reconhecida oficialmente como uma boa instituição de ensino superior, contudo, contava com céleres cientistas em seu corpo docente.

Em 1915 Zinaida, irmã mais nova de Vygotsky, foi morar com ele, pois frequentaria o Curso sem créditos da Universidade Feminina, também em Moscou. Ao compartilhar seus estudos Zinaida “mantinha o irmão bem informado sobre todos os desenvolvimentos nas áreas de linguística e de filologia” (VEER; VALSINER, 2009, P.20). Mesmo tendo terminado o curso de Direito, Vygotsky interessava-se por áreas contrárias a sua formação, como literatura, teatro, arte, linguagem, filologia, educação e psicologia, nesta última Vygotsky aprofundou seus estudos.

Com o fim da Revolução Russa de 1917, Lev Vygotsky pôde ministrar aulas em escolas do Estado. Montou um laboratório psicológico para averiguação de “experiências sobre reações dominantes e respiração, que proporcionaram o material para suas palestras sobre investigação reflexológica e psicológica” (VEER; VALSINER, 2009, p.22) no Colégio Pedagógico em Gomel, onde também começou a produção de seu primeiro livro: *Psicologia Pedagógica*. “O livro trata de uma variedade de assuntos considerados relevantes para a profissão de um professor” (VEER; VALSINER, 2009, p.61). Com a publicação (1929), Vygotsky concedeu palestras sobre o tema, passando a configurar-se no cenário científico.

Em 1924 Vygotsky foi convidado por Kornilov (Diretor do instituto de Psicologia experimental de Moscou) (VEER; VALSINER, 2009, p.55) para trabalhar no instituto de Psicologia Experimental, voltou a morar em Moscou, agora já casado. Vygotsky foi designado para atuar junto à educação social de crianças cegas e surdas, o que lhe rendeu vários artigos sobre os temas. Contribuiu para a fundação do Instituto de Defectologia, onde, “sua tarefa era incentivar os médicos, defectologistas e psicólogos ligados ao Instituto a coordenarem suas atividades e prestar-lhes acompanhamento teórico” (VEER; VALSINER, 2009, p.57).

A partir do trabalho realizado com crianças com deficiência, Vygotsky passou a ressaltar a importância da educação social e o potencial que as crianças especiais tinham para progresso cognitivo normal. Ele acreditava que a deficiência “afetava antes de tudo as relações sociais das crianças e não suas interações diretas com o ambiente físico (VEER; VALSINER, 2009, p.75), uma vez que, o “defeito” (de acordo a Valsiner Veer, defeitos seriam os problemas mentais e físicos) que alguém tivesse ou viesse a ter, não seria o problema principal, mas sim, o modo como a sociedade tratava as pessoas com deficiência.

Vygotsky almejava uma educação onde todos pudessem ter oportunidades iguais. Pois, “participando da vida social em todos os aspectos, as crianças iriam, em um sentido metafórico, superar sua cegueira e sua surdez” (VEER; VALSINER, 2009, p.76), ou seja, com as relações sociais as deficiências poderiam ser atenuadas. Para Vygotsky as interações sociais são de suma importância para o desenvolvimento humano. Nesse sentido, influenciado pelo pensamento marxista elaborou uma abordagem conhecida como sócio interacionismo, ou seja, ninguém aprende sozinho. O aprendizado se dá através das trocas sociais. Isto é, “o desenvolvimento do sujeito humano se dá a partir das constantes interações com o meio social em que vive, já que as formas psicológicas mais sofisticadas emergem da vida social” (REGO, 1995, p.60-61). Com o pensamento de que a aprendizagem se processa de forma mais eficaz, quando existe o

intercâmbio social, Vygotsky propunha uma educação conjunta de crianças com deficiências e “normais”. Para garantir essa educação Veer e Valsiner (2009,p.75) afirma que Vygotsky, “(...) reivindicava ardorosamente que os muros das escolas especiais fossem derrubados”, assim poderiam ter uma educação voltada para a vida em sociedade.

Nessa direção, ao mesmo tempo em que a escola inclui o educando com necessidades educativas especiais na sua rotina escolar, fortalece as relações sócio afetivas entre os pares que são de suma importância para a aceitação, amizade e o aprendizado. O sócio interacionismo mostrou um novo olhar para a escola e para o trabalho pedagógico, quando se refere ao meio como peça fundamental para o desenvolvimento das crianças, principalmente as que têm algum tipo de deficiência. A escola deve estar aberta a diversidade, proporcionando uma educação de qualidade e que atenda as especificidades existentes no âmbito escolar.

As obras de Vygotsky foram de grande valia para a educação, visto que, “traz importantes reflexões sobre o processo de formação das características psicológicas tipicamente humanas”(REGO, 1995, p.102).

Vygotsky defende que o professor deve partir do conhecimento que o aluno já possui, “esse nível é estimado pelo que uma criança realiza sozinha” (NOVA ESCOLA, 2011, p.88), para que ela possa vir a fazer só. Nessa perspectiva, “na distância entre o que já se sabe e o que se pode saber com alguma assistência” (NOVA ESCOLA, 2011, p. 88) é caracterizado por ele como zona de desenvolvimento proximal.

A partir da ótica sóciointeracionista, onde as trocas de experiências servem para a promoção da aprendizagem mútua, o professor é visto como mediador, facilitador dessas interações, fato que não minimiza seu papel de educador.

No amanhecer do dia 11 de junho de 1934 depois de várias hemorragias, Vygotsky faleceu no “Sanatório Serebrannuj Bor” (VEER; VALSINER, 2009, p.30) de tuberculose, doenças que lhe acompanhara por quatorze anos.

Em todos os tempos, em qualquer parte do mundo, independente de raça, cor ou crença, sempre existiu indivíduos com algum tipo de limitação física, sensorial ou cognitiva, podendo ela ser definitiva ou passageira. Contudo, apesar de saber da existência de seres humanos “diferentes”, a sociedade desde sempre teve, e ainda tem atitudes de intolerância e discriminação.

Na sociedade primitiva, “aqueles que nasciam ou eram acometidos por alguma diferença em relação aos seus semelhantes, considerados normais (BIANCHETTI; FREIRE, 1998, p. 28), acabavam sendo abandonados à própria sorte.

Na idade Média, os gregos cultuavam a beleza e a perfeição dos corpos, devido a isso, uma criança que nascesse e “apresentasse qualquer manifestação que pudesse atentar contra o ideal prevalecendo, era eliminada” (BIANCHETTI; FREIRE, 1998, p.29). Com a expansão do cristianismo, no decorrer da Idade Média,

[...] o indivíduo que não se enquadrava no padrão considerado normal ganha direito à vida, porém, passa a ser estigmatizado, pois, para o moralismo cristão/católico, a diferença passa a ser um sinônimo de pecado (BIANCHETTI; FREIRE, 1998, p.30).

Neste sentido, alguém que tivesse qualquer limitação física ou intelectual estaria possuído pelo demônio, por esse motivo teriam que ser “purificados” na fogueira da inquisição, o que os livrariam do pecado (BIANCHETTI; FREIRE, 1998).

A idade moderna traz consigo a valorização do homem, o progresso da ciência e da tecnologia. A deficiência antes concebida como pecado, “agora passam a ser relacionada á disfuncionalidade” (BIANCHETTI; FREIRE, 1998, p. 36). As duas grandes guerras mundiais, ocorridas durante a Idade Contemporânea, deixam muitas pessoas com limitações traumáticas, o que aumentou a camada social dos incapacitados. Devido a esse cenário, e o desenvolvimento das especialidades no ramo da medicina, o que proporcionou estudos mais profundos, desmitificou-se muitos conceitos errôneos de que pessoas com algum tipo de deficiência seriam indivíduos improdutivos e incapazes de ter uma educação escolar. (GARCIA, 2011).

No âmbito brasileiro, a realidade das pessoas com deficiência não era diferente. Mesmo antes do descobrimento do Brasil, durante a Idade Moderna a população indígena abolia qualquer indivíduo que nascesse ou adquirisse algum tipo de limitação, uma vez que a deficiência era entendida como maldição, conforme ressalta Garcia (2011).

As crendices e superstições associadas às pessoas com deficiência continuaram a se reproduzir ao longo da história brasileira. Assim como os curandeiros indígenas, os “negros-feiticeiros” também relacionavam o nascimento de crianças com deficiência a castigo ou punição. Na verdade, mesmo para doutrinas religiosas contemporâneas, até as deficiências adquiridas são vistas como previamente determinadas, até as deficiências adquiridas são vistas como previamente determinadas por forças divinas e espirituais.

Em meados da idade moderna, durante o período da escravidão brasileira, as deficiências se davam, muitas vezes pelas punições sofridas pelos escravos. Durante a Idade Contemporânea, assim como aconteceu no contexto mundial, houve um aumento significativo

de pessoas lesionadas fisicamente, devido a conflitos regionais que aconteciam por todo o país. Em decorrência dessa situação, foram criadas casas de apoio e tratamento aos soldados que adquiriam alguma deficiência. Contudo, apesar da nobreza do propósito, as formas de assistencialismo eram bastante precárias.

Discriminados, excluídos, marginalizados pela sociedade, as pessoas com deficiência passam a ser reconhecidas como cidadãos de fato e de direito, graças a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, onde o artigo VII diz: “todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer incitamento a tal discriminação”.

Contudo, apesar da lei acima citada, o artigo I da mesma Declaração, nos fala que “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de não consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”, os ditos “imperfeitos” até os dias atuais continuam a sofrer com o preconceito e o estigma de educáveis, portanto, que não podem ter uma educação escolar.

Pais, responsáveis e familiares inconformados com a segregação da sociedade frente a seus filhos, mobilizaram-se em prol de melhores condições de vida para seus entes e a inclusão efetiva dos mesmos na sociedade. Em decorrência disso, somado “as várias críticas ao paradigma da institucionalização” (DINIZ,2008), foram criadas novas leis e emendas para garantir os seus direitos. Como a lei que garante o acesso à educação de qualidade e gratuita, assim como, “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”; assegurada pela Constituição Federal de 1988, escrita no capítulo III, escrita no capítulo III, seção I, artigo 208, inciso III.

Todavia, mesmo sob a forma de lei, muitas instituições de ensino ainda resistem à inclusão dos ditos “diferentes” em suas salas de aula, com o argumento de que a escola e os professores não estão preparados para atuarem junto a crianças com necessidades educativas especiais, também ressaltado por Mendes (1999, p.14):

As propostas não garantem competência à escola para ensinar alunos com necessidades educativas especiais. Elas até podem favorecer a inserção desses alunos nas classes regulares, mas não garantem que eles irão permanecer, ou que irão aprender o que lá será ensinado, e muito menos que terão equiparadas suas oportunidades de desenvolver todas as suas necessidades.

De fato, as escolas precisam de reforma, renovação e reestruturação para o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE), conforme Mittler (2003, p.49):

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação.

O ponto chave da chamada reforma educacional é a garantia de que todos, independentemente de deficiência, dificuldade de aprendizado, condição financeira, religião, raça ou etnia tenham acesso à educação e as oportunidades que ela possa oferecer.

A partir do final do século XVIII a medicina europeia começa a se desprender do pensamento religioso, surgindo uma medicina moderna. As explicações das enfermidades, assim como das deficiências, agora seriam esclarecidas como base em fatos empíricos (FOUCAULT, 1998). As pessoas com deficiência, principalmente aqueles com algum tipo de deficiência intelectual, antes visto como resultado da união entre mulher e demônio, passam a ser entendidas sob a ótica das ciências médicas. (SCHWARTZMAN, 1999).

Uma das primeiras definições sobre deficiência mental (DM) estava atrelada à concepção de que a anomalia ocorre em maior número por nascer ou viver em determinadas localizações geográficas, o que seria um dos fatores determinantes para a causa do cretinismo:

[...] dá-se esse nome a uma espécie de homens que nascem no Valais em grandíssima quantidade, e sobretudo em Sion, sua capital. Eles são surdos, mudos imbecis, quase insensíveis aos golpes e têm bócios pendentes, até a cintura, muito boas pessoas, aliás; elas são incapazes de ideias e não tem senão um tipo de atração muito violenta por suas necessidades. Abandonam-se aos prazeres sensuais de toda a espécie e sua imbecilidade lhes impede de ver nisso qualquer crime. É difícil explicar a causa e o efeito da cretinice. A sujeira, a educação, o calor excessivo dos vales, as águas, os próprios bócios, são comuns a todas as crianças dessas populações. Contudo nem todos são cretinos [...] (DIDEROT; D'ALEMBERT apud PESSOTTI, 1984, p. 69).

Em 1866, Jonh Langdon Down, médico inglês, observou que determinado grupo de pessoas assemelhava-se bastante com a raça mongólica (amarela), a qual ele julgava um grupo étnico “deficiente”. Por esse motivo, Down nomeou este grupo similar (pessoas com síndrome de Down) como mongolismo. Em seus trabalhos o médico afirmava a existência de raças superiores e outras, sendo a deficiência mental uma das características das raças inferiores.

Apesar de Jonh Down ter sido o primeiro a descrever as características da Síndrome de Down, foi o geneticista francês Jérôme Lejeune que em 1958 descobriu o fator determinante da síndrome, e ainda desmontou o conceito de degeneração racial.

Graças à descoberta de Lejeune, sabemos atualmente que a Síndrome de Down (SD) ou Trissomia 21 é determinada por uma mutação no par de cromossomo E que essa Síndrome em nada pode afetar a vida normal do ser humano que a detém.

METODOLOGIA

A metodologia baseou-se na pesquisa bibliográfica aplicada do tipo descritiva, explicativa com abordagem qualitativa por meio de estudos, reflexões, comparações, diálogos e leituras de autores para o embasamento teórico, que abordam o tema, pesquisas bibliográficas, leitura de produções de autores que discutem a temática sobre o processo, com políticas de ação voltadas para intervenção, avaliação, mobilização, valorização, acompanhamento e suporte.

Além da pesquisa exploratória, se utilizou uma pesquisa descritiva que “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2017, p. 27).

Se utilizou de uma pesquisa bibliográfica que segundo Gil (2008, p. 71) “a pesquisa bibliográfica é produzida por meio de material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos”. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Para a obtenção dos referidos elementos, utilizou-se a abordagem etnográfica, na qual se empregou como instrumentos de coleta, o questionário, o qual, alinhado ao próprio conceito do procedimento, não buscou comprovar teorias, mas sim, descrever situações, revelar seus múltiplos significados e deixar com que o leitor delibere sobre a interpretação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, todos os seres humanos estão aptos a aprender. As limitações cognitivas dos indivíduos com Síndrome de Down estão relacionadas ao tempo de aprendizagem diferenciado, mas não impedem seu aprendizado, assim cabe ao profissional de educação conhecer e considerar as particularidades de cada aluno, especialmente os com SD, a fim de propiciar condições necessárias para seu progresso intelectual e social.

A teoria sócio interacionista contribuiu e vem contribuindo muito neste processo de inclusão em sala de aula. O progresso que se vem tendo é resultado de estudos voltados à inclusão e humanidade.

As ações de formação continuada em serviço de docentes do Ensino Fundamental e Médio têm sido apresentadas na maioria das instituições quer sejam privadas ou públicas. Porém, pequenas transformações têm se feito na prática pedagógica dos professores em função do distanciamento entre teoria-prática; da realização de programas de formação curtos, esporádicos e descontínuos, muitas vezes, desvinculados da prática pedagógica do professor e da escola.

Não existe nenhuma avaliação do sistema de formação continuada que nos permita a formulação de um juízo de valor, criterioso, global e generalizável, sobre os efeitos desencadeados pela formação nos professores, nos alunos, nas escolas e na comunidade envolvente.

Como profissional, o professor responsável e comprometido com a sua formação e a formação de seus alunos, deve ultrapassar a relação direta e imediata com o aluno e o processo de ensino e aprendizagem, de forma a distinguir a prática como objeto do pensamento, captá-la em estado teórico, tomá-la como objeto de reflexão, como objeto de conhecimento e como atividade socialmente construída.

REFERÊNCIAS

2031

BENATTI, A. et al. Você sabe o que é Cariótipo? Disponível em: <http://www.projetodown.org.br/> acesso dezembro 2022.

BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (orgs). Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. SP: Papirus, 1998

FONSECA, V. da. Educação Especial: programa de estimulação precoce – uma introdução às ideias de Feuerstein. 2º ed. Porto Alegre: Arte Médicas, 1995.

FOUCAULT, M. O nascimento da clínica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 5ª ed., 1998.

GARCIA, Vinicius Gaspar. As pessoas com deficiência na história do Brasil. 2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/pcd-brasil>. Acesso em novembro 2022

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas, 2017. habilidades/superdotação: vol.3: o aluno e a família. Brasília, DF: MEC/SEE, 2007.

Lourenço, A. S., Shine, S. & Ortiz, M. C. M. **Produção de documentos psicologia: práticas e reflexões teórico-críticas**. São Paulo: Vetor, 2021.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003

MAZZOTA, M. J. da S. Trabalho docente e formação de professores de educação especial. São Paulo: EPU. 1993.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. (2011). Educação Especial no Brasil: Historias e políticas públicas. 6ª ed. São Paulo :Cortez.

MENDES, E.G. Educação inclusiva: realidade ou utopia? Apostila produzida para a Mesa-Redonda do LIDE. São Paulo, SP: USP. 1999

MINAYO, M.C.S. (org) Pesquisa Social. Teorias, métodos e criatividade. 25 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2007.

MITTLER, Peter. Educação inclusive: contextos sociais. Windyz Brazão Ferreira, (trad.) Porto Alegre: Artmed, 2003.

MUSTACCHI, Z. ROZONE, G. Síndrome de Down: aspectos clínicos e odontológicos. São Paulo: CID Editora, 1990.

NAKADONARI, E. K; SOARES, A. S. Síndrome de Down: considerações gerais sobre a influência da idade materna avançada. 2006. Disponível em: http://www.mudi.uem.br/arqmudi/volume_10/numero_02/inakadonari.pdf acesso janeiro 2023.

PAGANOTTI, Ivan. A construção do saber. Nova Escola. São Paulo, ano 25, n 242, p. 88-90, maio 2011. 2032

PESSOTTI, I. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo, 1984.

REGO, T. C. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SCHWARTZMAN, J.S. (1999). Histórico. Em J.S. Schwartzman (Org). Síndrome de Down (p.3-15). São Paulo: Mackenzie.

SILVA, Livia R. de S.; REIS, Marlene B. de F. Educação inclusive: o desafio da formação de professores. Revelli – Revista de Educação, Linguagem e literature da UEG, Goiás, v.3,n. 1, p. 07-17, março de 2011.

SORDI, José Osvaldo de. **Desenvolvimento de projeto de pesquisa**. São Paulo. Saraiva, 2017.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Magda França Lopes (trad). Porto Alegre: artes Médicas Sul, 1999.

VEER, R. V. D.; VALSINER, J. Vygotsky: uma síntese. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.